



**Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB**  
**Diretoria Executiva Nacional**  
**Gestão 2016/2018**

São Paulo, 02 de abril de 2017.

Prezados Senhores,

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) e demais entidades subscritas, ao tomarem conhecimento das alterações propostas pela Diretoria de Pesquisas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Censo Agropecuário Nacional, pelo presente manifestam absoluto repúdio a mais uma ação de precarização e imputação de prejuízos à Ciência Nacional, atingindo sobremaneira a qualidade dos dados produzidos e, conseqüentemente, a possibilidade de construção de conhecimento sobre o agrário e o agrícola do país, que possa subsidiar devidamente a elaboração de políticas sociais e de desenvolvimento para o campo brasileiro. A Diretoria de Pesquisas do IBGE, sob o repetido discurso de ausência de recursos, objetiva promover uma redução na quantidade e na qualidade de informações a serem levantadas pelo Censo Agropecuário da ordem de 60%. Salienciamos a imperiosa necessidade de revisão desta postura considerando os seguintes prejuízos centrais:

a) a perda histórica de dados que já vem sendo consumada com o comprometimento da regularidade na periodicidade de 10 anos para a realização do Censo, e que, se concretizada tal redução, perderá ainda mais a capacidade de análise espacial e temporal comparativas, bem como dos resultados sociais produzidos pelas inúmeras políticas públicas realizadas pelo Estado brasileiro;

b) a impossibilidade de análise dos processos de desenvolvimento da produção familiar, eliminando as informações relativas ao maior universo social do campo brasileiro, os camponeses (agricultores familiares), considerando que estes sujeitos sociais respondem por mais de 70% da produção nacional de alimentos e mais de 80% do pessoal ocupado no campo brasileiro e foram beneficiários das várias políticas públicas voltadas para a produção, a assistência técnica, a comercialização e a distribuição de alimentos, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outras, que consolidaram a rede Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e que também colherá prejuízos de acompanhamento de seus resultados;

**Ilmos. Srs.**

**PAULO RABELLO DE CASTRO**

**DD. Presidente da Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE.**

**ROBERTO OLINTO**

**DD. Diretor de Pesquisas da Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE.**

**ANTÔNIO FLORIDO**

**DD. Gerente do Censo Agropecuário da Fund. Instit. Geografia e Estatística – IBGE.**



**Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB**  
**Diretoria Executiva Nacional**  
**Gestão 2016/2018**

c) o não reconhecimento da importância de dados sobre a produção agroecológica e uso de agrotóxicos, uma vez que a retirada das questões sobre os processos produtivos impossibilitarão identificar as mudanças nas práticas de manejo ambientalmente corretas e o reconhecimento do pluralismo social e tecnológico da produção agrícola brasileira, e,

d) a obtusa leitura do espaço rural, no que diz respeito às informações acerca do uso e da disponibilidade dos recursos hídricos que, atualmente, não mais se coloca como um problema isolado das áreas semiáridas do país, mas se revela num problema central de abastecimento e na produção agrícola e agroindustrial em todas as regiões, atingindo drasticamente os grandes centros urbanos e suas áreas limítrofes, concorrendo com a utilização das águas subterrâneas e produzindo quadros generalizados de baixa disponibilidade hídrica. Neste caso, perde-se, inclusive, os resultados das políticas de construção de cisternas e tecnologias sociais de abastecimento público. Considera-se, ainda, que a ausência de tais questões, obscurecerá à sociedade brasileira o peso que a produção agrícola e agroindustrial de *commodities* têm sobre o consumo de água, e equivocadamente atribuindo a cada cidadão individualmente a responsabilidade sobre a crise hídrica nacional.

Trata-se de uma medida que representa a omissão de informações e a busca de invisibilização social, econômica e produtiva da maior parte dos produtores agrícolas brasileiros. Assim a AGB e a ANPEGE, e as entidades que subscrevem este documento, solicitam que as Diretorias e o qualificado corpo técnico do IBGE, se oponham a este processo de precarização da Ciência Nacional, impeçam os sérios prejuízos à produção do conhecimento, uma vez que tais medidas desvanecerão a importância da contribuição do trabalho e da produção familiar camponesa à sociedade brasileira.

Na certeza de apresentarmos questões que são centrais para demover a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística desta medida, sem mais.

Atenciosamente,

Prof. Dr. José Gilberto de Souza  
Associação dos Geógrafos Brasileiros-AGB  
Presidente

Profª. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray  
Assoc. Nac. Pós-Grad. Pesq. Geografia- ANPEGE  
Presidente

**Subscrevem:**

**ABA** – Associação Brasileira de Agroecologia

**ABRA** – Associação Brasileira de Reforma Agrária - São Paulo

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra – Brasília-DF.

**AGRÁRIA** - Laboratório de Geografia Agrária – (USP), São Paulo-SP

**CEGET** – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (UNESP), P. Prudente-SP

**CEAT** - Centro de Estudos Agrários e do Trabalho - UEPB – Campinas Grande - PB

**CETAS** – Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (UNESP), P. Prudente-SP

**COLETIVO QUEIXADA** – Curso de Licenciatura em Geografia (UFPR), Setor Litoral-PR



**Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB**  
**Diretoria Executiva Nacional**  
**Gestão 2016/2018**

**DATALURE** - Banco de dados das lutas e resistências à política de modernização territorial no V. do Jaguaribe – CE

**ENCONTTRA** – Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (UFPR), Curitiba-PR

**FUNDAÇÃO AGGEU MAGALHÃES**, FIOCRUZ- Recife - PE

**GEA** - Grupos de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária, URCA, Cariri – CE

**GEOLUTAS** – Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (UNIOESTE), Marechal C. Rondon-PR

**GETERR** – Grupo de Estudos Territoriais (UNIOESTE), Francisco Beltrão-PR

**GPECT/PPGEO** – Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Trabalho (UFS), São Cristóvão -SE

**GRUPO DE ESTUDOS, PESQUISAS E EXTENSÃO EM GEOGRAFIA AGRÁRIA** da FFP/UERJ, Rio de Janeiro-RJ

**GRUPO PET GEOGRAFIA** – UFAC, Rio Branco, AC

**LABERUR** - Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos, São Cristóvão – SE

**LABET** – Laboratório de Estudos Territoriais – UFMS, Três Lagoas - MS

**LAB. ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ESPAÇO AGRÁRIO E CAMPESINATO** - UFPE, Recife-PE

**LABOTER/TRAPPU** – (UFG), Goiânia-GO

**LAEPP** - Laboratório Análise Espacial em Políticas Públicas (CEAPLA) – (UNESP), Rio Claro-SP

**LAGEA** – Laboratório de Geografia Agrária (UEM), Maringá-PR

**LAGEA** - Laboratório de Geografia Agrária (UFU), Uberlândia - MG

**LATEC** – Laboratório de Análises Territoriais Campo-Cidade (UEL), Londrina-PR

**LATER** - Laboratório de Estudos Territoriais (PPGEO-UFS), São Cristóvão, SE

**NAPTERRA** – Núcleo de Apoio aos Povos da Terra (UNILA), Foz do Iguaçu-PR

**NATRA** – (UNESP), Franca-SP.

**NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (UNESP), P. Prudente-SP

**OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ** - UFPR, Curitiba- PR

**REDE DATA LUTA** – Grupos de Pesquisa sobre a Luta pela Terra, Brasil

**TRAMAS** – Terra, Trabalho, Memória e Migração - UFSCAR, São Carlos-SP